

PORTUGAL CONTINUA A ATRASAR-SE NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA**SINTESE DAS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO**

Este pequeno estudo de investigação, utilizando dados oficiais publicados pelo Eurostat e pelo Banco de Portugal, mostra que:

1- Contrariamente ao que se pretende muitas vezes fazer crer, a grave crise económica e social que enfrenta actualmente o nosso País não tem como causa fundamental, e muito menos exclusiva, o contexto económico internacional desfavorável.

2- A provar isso está a evolução verificada nos países que constituem a UE25, que inclui países mais desenvolvidos do que o nosso e países menos desenvolvidos do que Portugal, os quais embora enfrentando o mesmo contexto internacional desfavorável, todos eles têm tido taxas de crescimento económico muito superiores à de Portugal.

3- Assim, os 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, e que são todos eles países mais desenvolvidos do que Portugal, por terem tido ritmos de crescimento económico superiores ao português, esse facto tem determinado que Portugal no lugar de convergir para a média europeia tem divergido, afastando-se cada vez mais dela. Assim, em 2002, o PIB por empregado português correspondia a 65% da média dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, mas em 2004 essa percentagem baixou para apenas 63,8%.

3- Em relação aos países menos desenvolvidos da União Europeia, que são aqueles que entraram em Maio de 2004, o ritmo de convergência desses países verificado mesmo antes da adesão para a UE25 tem sido muito superior ao de Portugal. A confirmar isso está o facto de que, entre 1995 e 2004, o crescimento do chamado indicador de convergência - % que o PIB por empregado em valores SPA representa em relação à média da UE15 – aumentou apenas +10,4% em Portugal, enquanto na Estónia cresceu +53,9%, na Letónia +44,3%, na Lituânia +62,4%, na Hungria +19,1%, na Polónia +25,6%, na Eslovénia +21,3% e na Eslováquia +26,9%. Este crescimento muito superior ao português tem como causa taxas de crescimento económico muito superiores à de Portugal, no entanto o contexto internacional desfavorável é o mesmo para esses países que é para Portugal.

4- A baixa taxa de crescimento económico em Portugal tem como causa uma política económica e financeira errada, facto esse que se está a tornar cada vez mais visível face aos resultados que está a provocar, sendo uma das causas mais importantes da regressão económica verificada em Portugal nos últimos anos a quebra significativa verificada no investimento associada à diminuição da já baixa qualidade do investimento realizado.

5- Assim o investimento em Portugal sofreu uma quebra acentuada nos dois últimos anos a qual atingiu -12,7% em valores nominais (33.248 milhões de euros em 2001 e apenas 29.018,5 milhões de euros em 2003) porque em valores reais, isto é, entrando com o efeito do aumento dos preços, a quebra rondou os -20%, o que é muito grande.

6- Para agravar esta evolução negativa no investimento, verificou-se também uma diminuição da já baixa qualidade do investimento realizado em Portugal, a qual piorou ainda mais nos últimos anos pois, em 1999, a parcela de investimento aplicada na “Construção” era já exageradamente elevada embora ainda não tivesse alcançado os 50% de todo o investimento realizado no nosso País, mas nos últimos anos a fasquia dos 50% foi ultrapassada, atingindo em 2002 e 2003 o investimento na Construção em Portugal em média 53% do investimento total realizado no nosso País, sendo o realizado na Habitação, medido em percentagem do PIB, quatro vezes superior à média da União Europeia.

A CRISE ACTUAL DA ECONOMIA PORTUGUESA NÃO SE DEVE FUNDAMENTALMENTE À CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL

Um dos argumentos mais utilizados pelo pensamento económico único em Portugal, mais conhecido pelo neo-liberalismo, muito difundido nos órgãos de comunicação social, é que a crise económica que enfrenta o nosso País é fundamentalmente, para não dizer mesmo exclusivamente, determinada pela crise da economia mundial. E então haveria que esperar pela retoma da economia mundial para que os problemas da economia portuguesa fossem resolvidos.

Desta forma procura-se desresponsabilizar as políticas económicas erradas que têm sido seguidas nos últimos anos em Portugal, e os respectivos autores, como causas também da profunda crise económica e social nacional. E chega-se mesmo ao ponto de enunciar uma nova “teoria” de que destruição da economia e das empresas que se está a verificar, e os sacrifícios que estão a ser exigidos à população portuguesa mais desfavorecida seria o preço necessário a pagar para criar as condições que permitiriam no futuro a Portugal alcançar elevados ritmos de desenvolvimento e de progresso. É a teoria, que já esteve também na moda a nível do pensamento neo-liberal, chamada “destruição criativa”.

Ora tanto a primeira “teoria” que visa desresponsabilizar as políticas e os seus autores como esta segunda teoria de “destruição criativa” não resistem a qualquer análise séria e objectiva.

É certo que a Economia Portuguesa enfrenta um contexto internacional desfavorável agravado pela política internacional americana que destruiu a estabilidade mínima económica internacional que existia, de que é exemplo mais visível o aumento vertiginoso do preço do petróleo em grande parte determinado pela especulação que se aproveita da instabilidade provocada pelas “guerras preventivas” de Bush no Iraque e Afeganistão e de Sharon na Palestina

No entanto, não é apenas Portugal que enfrenta esse quadro internacional desfavorável. Ele é comum a todos os países. E as consequências na maioria deles tem sido muito menos graves do que as verificadas em Portugal.

PORTUGAL TEM-SE ATRASADO NÃO SÓ EM RELAÇÃO À UE15 MAS TAMBÉM TEM TIDO UM RITMO DE CRESCIMENTO MUITO INFERIOR AOS 10 NOVOS PAÍSES

O quadro I que se apresenta seguidamente, construído com dados publicados pelo Eurostat, mostra não só o atraso crescente de Portugal relativamente aos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, mas também revela que o ritmo de crescimento económico nos países que aderiram à União Europeia tem sido muito superior ao de Portugal.

QUADRO I – Evolução do indicador de convergência (% que o PIB por empregado de cada país em valores SPA representa em relação à média da UE15) por países entre 1995- 2004

PAISES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Aumento em % 95/2004
UE15	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
PORTUGAL	57,8%	61,8%	62,3%	63,0%	64,6%	64,7%	64,8%	65,0%	64,2%	63,8%	10,4%
Rep. Checa						55,9%	57,1%	57,7%	62,0%	63,2%	13,1%(*)
Estónia	29,5%	31,1%	33,8%	35,8%	37,0%	40,3%	41,6%	42,8%	43,6%	45,4%	53,9%
Letónia	29,1%	30,3%	30,9%	32,1%	33,4%	36,0%	37,3%	38,6%	40,5%	42,0%	44,3%
Lituânia	28,7%	29,3%	30,7%	32,8%	32,0%	34,4%	38,1%	43,6%	44,9%	46,6%	62,4%
Hungria	53,8%	54,0%	55,4%	56,5%	56,3%	57,6%	61,1%	62,7%	63,6%	64,1%	19,1%
Polónia	40,6%	41,6%	42,6%	43,1%	45,6%	47,6%	48,0%	48,9%	50,1%	51,0%	25,6%
Eslovénia	59,1%	61,3%	63,6%	65,1%	67,2%	65,8%	67,7%	69,4%	70,8%	71,7%	21,3%
Eslováquia	43,1%	44,1%	46,0%	47,5%	49,0%	51,6%	53,0%	56,0%	54,7%	54,7%	26,9%

FONTE : Eurostat – Dados disponíveis no site do Eurostat . (*) Em relação à República Checa a percentagem apresentada só abrange o período 2000-2004, e não 1995-2004 como acontece com os outros países

Como é evidente todos os países constantes do quadro anterior enfrentam o mesmo contexto económico internacional.

E no quadro estão países muito mais desenvolvidos do que Portugal (os da UE15, ou seja, os 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004), mas também países menos desenvolvidos do que Portugal, os quais entraram para União Europeia em Maio de 2004.

Para concluir que os países que aderiram à União Europeia em Maio de 2004 são, exceptuando a Eslovénia menos desenvolvidos que Portugal , basta ter presente que, em 2004, o PIB por habitante, que é um indicador do desenvolvimento de qualquer país, da República Checa era inferior ao de Portugal em -5,5% ; o da Estónia era inferior em -30,7% ao português; o da Letónia em -30,9%; o da Lituânia em -34,4%; o da Hungria em -16,1%; o da Polónia em -36,1%, etc.. Portanto, no quadro constam quer países muito mais

desenvolvidos do que Portugal (os que constituíam a UE15) quer países menos desenvolvidos que o nosso País (a maioria dos que entraram para União Europeia em Maio de 2004).

E o quadro I, construído com dados oficiais do Eurostat que estão disponíveis no seu "site" mostra, em primeiro lugar, que a partir de 2002 verificou-se em Portugal uma regressão económica quando comparamos o nosso País com a média da União Europeia de que fazemos parte.

Efectivamente, se calcularmos o PIB por empregado em valores SPA, que é o valor que se obtém dividindo a riqueza criada em Portugal pelo número de empregados, ou seja, por aqueles que criaram essa riqueza, e se exprimirmos esse valor assim obtido em SPA, quer dizer em moeda comum que elimina a diferença a nível de preços entre países, e se depois compararmos o valor assim obtido com a média dos valores dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, concluímos que, em 2002, o de Portugal correspondia a 65% da média da UE15 e, em 2004, apenas a 63,8%. Portanto, Portugal no lugar de convergir para média da UE15 está a divergir e a atrasar-se.

Por outro lado, se comparamos o ritmo de convergência de Portugal relativamente à média dos 15 países que constituíam a União Europeia, com o ritmo de convergência dos outros países menos desenvolvidos do que Portugal também relativamente à média da UE15, o que é possível de fazer com os dados constantes do quadro I, constatamos que o ritmo de convergência desses países tem sido muito superior ao de Portugal, o que revela ritmos de crescimento económico também muito superiores ao de Portugal.

Como mostram os dados da última coluna à direita do quadro I, entre 1995 e 2004, a percentagem que o PIB por empregado representa em relação à média dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, cresceu apenas 10,4% em Portugal, enquanto na Estónia aumentou + 53,9%, na Letónia + 44,3%, na Lituânia +62,4%, na Hungria + 19,1%, , na Polónia + 25,6% , na Eslovénia que é um país onde o PIB por habitante é já superior ao de Portugal em 5,6%, cresceu +21,3%, e na Eslováquia o aumento atingiu + 26,9%. Mesmo a República Checa cresceu apenas em cinco anos (2000/2004) 13,1%, ou seja, mais do que Portugal em dez anos, em que o indicador de convergência aumentou, como já foi referido e que consta do quadro, apenas 10,4%.

É evidente que estes diferentes aumentos nos ritmos de convergência em relação à média dos 15 países que constituíram a União Europeia até Maio de 2004, tem como causa taxas de crescimento económico muito diferentes. E sendo o ritmo de convergência português muito inferior ao verificado nos países poucos desenvolvidos que aderiram recentemente à União Europeia, é fácil de concluir que isso sucede precisamente porque a taxa média de crescimento da economia portuguesa tem sido significativamente inferior à desses países, mesmo antes de entrarem para a União Europeia.

E é evidente que esses países enfrentam o mesmo contexto internacional desfavorável que enfrenta Portugal, e ainda têm de suportar as consequências da desarticulação económica provocada pelas profundas alterações políticas verificadas nesses países.

É fácil de concluir, com base nestes dados, que o argumento utilizado frequentemente pelo pensamento económico único de que a crise que enfrenta a economia e a sociedade portuguesa tem como causa fundamental, para não dizer exclusiva, o ambiente desfavorável internacional não tem consistência técnica e científica. É evidente que o ambiente internacional negativo tem reflexos negativos na economia portuguesa, mas esse ambiente internacional negativo não é exclusivo de Portugal. Todos os países analisados têm de enfrentar esse ambiente, e apesar disso alcançado taxas de crescimento económico muito superiores à de Portugal, o que prova que a grave situação económica e financeira nacional não resulta nem fundamental nem muito menos exclusivamente desse ambiente como muitas vezes se pretende fazer crer à opinião pública.

UMA DAS RAZÕES:- A quebra significativa e a falta de qualidade do investimento realizado em Portugal

É já visível para grande parte da opinião pública, face aos resultados verificados, que a política económica tem apenas contribuído para agravar a situação do País. Neste pequeno estudo vamos apenas analisar um dos aspectos dessa política que constitui também uma das causas do grave retrocesso económico português :- a quebra

significativa do investimento em Portugal associada à diminuição da já baixa qualidade desse investimento. E isto porque é um aspecto que tem sido sistematicamente desprezado ou esquecido nas análises económicas habituais e também pelos órgãos de comunicação social mas que, apesar disso, contribui fortemente para o baixo ritmo de crescimento económico em Portugal.

Os dados do Banco de Portugal, que constam do quadro II, permitem fazer tal análise.

QUADRO II – Repartição e evolução do Investimento Total em Portugal : 2001 – 2003

COMPONENTES	2001		2002		2003		Evolução 2001-03
	Milhões €	% Total	Milhões €	% Total	Milhões €	% Total	
Maquinas	8.092	24,30%	7.430,50	23,30%	6.714,40	23,10%	-17,0%
Material Transporte	3.206	9,60%	2.522,20	7,90%	2.374,90	8,20%	-25,9%
Construção	17.160	51,60%	17.041,70	53,50%	15.309,40	52,80%	-10,8%
Outros	4.791	14,40%	4.864,00	15,30%	4.619,80	15,90%	-3,6%
FBCF TOTAL	33.248	100,00%	31.858,40	100,00%	29.018,50	100,00%	-12,7%

FONTE: Boletim Económico – Banco de Portugal – Junho de 2004

Os dados do quadro II mostram, em primeiro lugar, que entre 2001 e 2003 verificou-se uma quebra importante no investimento total no nosso País mesmo em valores nominais em que a descida atingiu – 12,7% (33.248 milhões de euros em 2001, apenas 29.018,5 milhões de euros em 2003), porque em valores reais, isto é, entrando com o efeito do aumento dos preços, a quebra foi muito maior rondando os 20%, o que é grave.

Essa quebra não foi igual em todas as componentes do investimento tem sido maior nas “Maquinas”(-17%) e no “Material do Transporte” (-25,9%) do que na “Construção” (-10,8%) e em “Outros” (-3,6%)

Para além desta quebra no investimento total realizado em Portugal, também se verificou uma diminuição na já baixa qualidade do investimento realizado. Como mostram os dados oficiais do quadro II, em termos de qualidade do investimento, a situação piorou nos últimos dois anos.

Efectivamente se em 1999, a parcela de investimento aplicada na “Construção” era já exageradamente elevada embora ainda não tivesse alcançado os 50% de todo o investimento realizado no País, no entanto, nos últimos anos, a fasquia dos 50% foi ultrapassada, sendo-o de uma forma significativa em 2002 e 2003, pois o investimento na Construção em Portugal rondou, nesses anos, em média 53% do investimento total.

Se comparamos o que se verifica em Portugal com a situação em outros países da UE15 as conclusões são preocupantes. Assim de acordo com dados constantes do próprio programa do XVI governo (governo Santana Lopes), “Portugal registou o maior nível de investimento habitacional na União Europeia, com um peso de 8% no PIB, seis pontos percentuais acima da média europeia, que é apenas de 2% (quatro vezes mais). ... investimento não reprodutivo” (pág. 167, do Programa do governo).

O investimento na construção é um investimento de baixa qualidade e pouco produtivo porque, por um lado, está associado em Portugal a uma baixa produtividade, a trabalho pouco qualificado, a mão de obra em grande parte ilegal, e a baixos salários e, por outro lado, não é um investimento que tenha um reflexo significativo e imediato no crescimento da produtividade.

E isto porque o aumento da produtividade das empresas depende não só do volume do investimento realizado, mas também da qualidade desse investimento assim como da eficiência com que é utilizado, o que depende da qualidade da gestão e do nível de qualificação dos seus trabalhadores. Assim, enquanto este triângulo de atraso – investimento de baixa qualidade, baixa qualidade de gestão, e baixa qualificação profissional – não for rompido não serão as consolidações orçamentais muitas delas virtuais, como é aquela que Bagão Félix pretende fazer transferindo o Fundo de Pensões da CGD para a CGA, que farão sair o País do estado de atraso em que se encontra; pois tais “soluções” só mostram e tornam claro o fracasso da política económica seguida nos últimos anos que tantos sacrifícios causou e está a causar aos trabalhadores portugueses determinando retrocesso do País.

Eugénio Rosa – Economista

Endereço: edr@mail.telapac.pt 10.10.2004